

AGENDA LEGISLATIVA | 2016

O CNMP E O ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

AGENDA LEGISLATIVA | 2016

O CNMP E O ACOMPANHAMENTO PARLAMENTAR



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

© 2016, Conselho Nacional do Ministério Público
Permitida a reprodução mediante citação da fonte

Composição do CNMP:

Rodrigo Janot Monteiro de Barros (Presidente)
Cláudio Henrique Portela do Rego (Corregedor Nacional)
Antônio Pereira Duarte
Marcelo Ferra de Carvalho
Esdras Dantas de Souza
Walter de Agra Júnior
Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Fábio George Cruz da Nóbrega
Gustavo do Vale Rocha
Otavio Brito Lopes
Fábio Bastos Stica
Orlando Rochadel Moreira
Sérgio Ricardo de Souza
Valter Shuenquener de Araújo

Organização:

Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ)

Projeto gráfico e diagramação: Gráfica e Editora Movimento

Impressão: Gráfica e Editora Movimento

Supervisão editorial e revisão: Assessoria de Comunicação do CNMP

Tiragem: 1.000 exemplares

Conselho Nacional do Ministério Público

Agenda Legislativa : o CNMP e o acompanhamento parlamentar / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília : CNMP, 2016.

28 p.

1. Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ). I. Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público.

Biblioteca/CNMP

CDD – 340

PEC 291/2013

Assunto	Altera os arts. 93, 103-B, 128 e 130-A da Constituição Federal para regulamentar o regime disciplinar da magistratura e do Ministério Público.
Autor	Senado Federal
Última tramitação	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.
	Situação: Apensada à PEC 505/2010.
Posicionamento	Aprovação

PL 4471/2012

Assunto	Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.
Autor	Paulo Teixeira
Última tramitação	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento nº 4.200/2016, conforme despacho do seguinte teor: “Indefiro o pedido de apensação contido no Requerimento nº 4.200/2016, nos termos do art. 142, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se.” (7/4/2016) Situação: Pronta para pauta no Plenário (PLEN).
Posicionamento	Aprovação

PL 554/2011

Assunto	Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.
Autor	Antônio Carlos Valadares
Última tramitação	Secretaria Legislativa do Senado Federal (SLSF) A matéria aguardará inclusão em Ordem do Dia, em virtude da aprovação de requerimento de urgência. (16/3/2016) Situação: Pronto para deliberação do Plenário 16/3/2016.
Posicionamento	Rejeição

PL 7921/2014

Assunto	Cria cargos efetivos e em comissão e funções de confiança no quadro de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências. Altera a Lei nº 11.372, de 2006, e revoga dispositivo da Lei nº 12.412, de 2011.
Autor	Ministério Público da União
Última tramitação	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 520/2015 (CN) comunicando resultado da apreciação do veto. Resultado: mantido o veto total aposto ao Projeto de Lei (20/11/2015) Situação: Vetado totalmente.
Posicionamento	Aprovação

PEC 42/2013

Assunto	Altera o art. 130-A da Constituição Federal para incluir os Ministérios Públicos de Contas e seus Membros na jurisdição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).
Autor	Wellington Dias e outros
Última tramitação	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Antonio Anastasia. (19/6/2015)
	Situação: Matéria com relatoria.
Posicionamento	Rejeição

PEC 244/2008

Assunto Altera o Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências

Autor Laerte Bessa

Última tramitação Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Devido ao desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ 284/2015. (11/2/2015)

Situação: Aguardando parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Posicionamento Rejeição

PL 3771/2008

Assunto	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Obriga que os investigados sejam notificados quando o Ministério Público instaurar Ação Civil Pública
Autor	Bonifácio de Andrada
Última tramitação	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do art. 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ 356/2015. (11/2/2015) Situação: Aguardando parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
Posicionamento	Aprovação

PL 1258/1995

Assunto	Estabelece critérios para realização de interceptação ou escuta telefônica (“grampo”) para fins de investigação criminal ou instrução processual. Regulamenta a Constituição Federal de 1988.
Autor	Pedro Simon
Última tramitação	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL 4677/2016. (22/3/2016) Situação: Aguardando criação de comissão temporária pela MESA.
Posicionamento	Aprovação

PEC 236/2012

Assunto	Acrescenta o § 6º ao art. 99 e o § 7º ao art. 127 da Constituição Federal para garantir as autonomias orçamentárias do Poder Judiciário e do Ministério Público, vedando ao Poder Executivo alterar suas propostas orçamentárias para encaminhamento à apreciação do Congresso Nacional.
Autor	Walter Feldman
Última tramitação	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivada nos termos do art. 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ 907/2015. (11/3/2015) Situação: Pronta para pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
Posicionamento	Aprovação

PL 5069/2013

Assunto	Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto.
Autor	Eduardo Cunha e outros
Última tramitação	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) Ofício nº 50/2015 da Agência Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), manifestando posição contrária à aprovação deste. (24/12/2015) Situação: Pronta para pauta no Plenário (PLEN).
Posicionamento	Rejeição

PL 3123/2015

Assunto	Disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos de que tratam o inciso XI do <i>caput</i> e os § 9º e § 11 do art. 37 da Constituição. Explicação: Revoga as Leis nº 8.448, de 1992; 8.852, de 1994; e dispositivo da Lei nº 10.887, de 2004.
Autor	Poder Executivo
Última tramitação	Plenário (PLEN) – 9h: Sessão Deliberativa Extraordinária Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia. (28/4/2016) Situação: Aguardando deliberação no Plenário (PLEN).
Posicionamento	Rejeição



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO